

O Bloco de Esquerda face ao Orçamento 2021

4-12-2020

Ludgero P. Basto

ANTECEDENTES

A 29-11-2018 é aprovado o 4º Orçamento da Geringonça.

O PS começa a preparar-se para as eleições de Outubro de 2019. António Costa define a tática. O objetivo é a maioria absoluta. Como se consegue isso? É preciso ir buscar votos à esquerda e também à direita. A crise dos professores foi uma jogada nesse sentido que resultou. Mas foquemo-nos na esquerda.

Costa acha que os votos não fluem do PS para o PCP, são eleitorados no essencial estanques mas, pelo contrário, entre o Bloco e o PS há muito trânsito de votos. Assim, à esquerda, o PS pode ganhar votos ao Bloco. Portanto, é preciso poupar o PCP e disputar o eleitorado do Bloco.

Primeiro, Costa tirou Pedro Nuno Santos (PNS) dos Assuntos Parlamentares a 18-2-2019. Ele foi o negociador da Geringonça, tinha a confiança do PCP e do BE na sua seriedade negocial. E PNS afirmou repetidamente que PCP e BE negociavam de forma séria e competente.

Depois, Costa, César e Santos Silva saem para o terreno com o objetivo de desacreditar o Bloco. Costa deixa cair a frase "o PCP é um partido de massas, o BE é um partido de mass media". Santos Silva dá entrevistas em que afirma, por exemplo, que um novo acordo da atual solução governativa "tem de incluir a política externa e a europeia". César, líder do Grupo Parlamentar, protagoniza a cena da Lei de Bases da Saúde em que César faz uma proposta no Parlamento contraditória com a proposta que o Ministério da Saúde tinha feito ao BE, criando assim forte tensão entre o PS e o BE. O clima tenso já tinha sido alimentado durante a negociação do 4º orçamento. Santos Silva falava em "ultimatoss" do Bloco. Aí PNS ainda conduzia as negociações...

As eleições de outubro de 2019 não dão maioria absoluta ao PS mas Costa diz: "O povo aprova a continuação da Geringonça mas com um PS mais forte", ou dito de outro modo, "O PS vai precisar de negociar muito menos porque deixou de precisar do voto favorável do BE e do PCP, bastando a abstenção e, evidentemente, no caso limite eles nunca votarão contra o PS pois lembram-se do que se passou com o PEC4".

Do ponto de vista de Costa, o PS não conseguiu a maioria absoluta mas vai proceder como se a tivesse, negociando em mínimos, de preferência à esquerda ou, se necessário, à direita.

De facto, assim foi, aprovou com o PSD a descentralização, os grandes investimentos, o fim dos debates quinzenais ou mais dificuldade para o direito de petição e de iniciativa legislativa popular e aprovou com a Esquerda medidas sociais de resposta à pandemia.

O DILEMA

A 4 de outubro de 2020, o porta-voz do Presidente da República, Luís Marques Mendes, anuncia, no seu comentário semanal, que o PCP vai viabilizar o Orçamento 2021.

Costa fecha as negociações com o Bloco unilateralmente depois de várias reuniões sem avanços, muito diferentes das reuniões feitas na legislatura anterior. Por exemplo, João Paulo Correia, vice-presidente do grupo parlamentar do PS faz declarações formais em que afirma que “não é possível continuar a negociar quando os princípios e acusações que se lançam para o processo negocial são baseados em mentira”

Costa, em mais um gesto de grande habilidade política, coloca o Bloco no seguinte dilema:

- Ou viabiliza o Orçamento sem negociação e portanto permite que o governo atue como se tivesse maioria absoluta, funcionando o Bloco como a ala esquerda do PS, sem autonomia estratégica;
- Ou vota contra e sujeita-se à crítica da opinião pública sensível ao argumento que o BE desertou da Geringonça, quis distanciar-se do governo, “pôs-se ao fresco” porque os tempos vão ser difíceis, etc. etc.

Costa expulsou o Bloco da Geringonça convencendo a opinião pública que foi o Bloco que “desertou”. É, sem dúvida, um golpe de mestre!

CONSEQUÊNCIAS

Qualquer um dos termos deste dilema teria custos muito pesados para o BE.

A primeira opção tornaria o Bloco um partido completamente irrelevante, podendo os seus 19 deputados entrar de férias pois ficariam reféns do PS sem qualquer capacidade para influenciar a governação.

A segunda opção vai ter muitos custos em termos de peso eleitoral, os eleitores do Bloco que concordam com as acusações feitas pelo PS, provavelmente, vão migrar para o PCP (o que não é grave) e para o PS.

A abstenção do PCP e do PAN passa a ser decisiva ou o voto favorável do PCP somado ao PS chega para aprovar qualquer proposta.

O "HORIZONTE de ESPERANÇA" para a POLÍTICA de ESQUERDA

PCP e BE votam as questões mais importantes, em geral, da mesma maneira. As suas divergências são em matérias muito específicas, como a Eutanásia, alguns costumes, Acordo Ortográfico e Política Internacional (Angola, Venezuela, Coreia do Norte, etc.).

Apesar disso, o PCP encara o Bloco como um adversário, enquanto o Bloco vê o PCP como um aliado.

A nova situação coloca o PCP numa posição muito mais influente, como já se viu nos ganhos de causa muito significativos que conseguiu na discussão na especialidade deste Orçamento.

A legislatura poderá chegar ao fim pois fica dependente apenas do entendimento entre PS e PCP num "horizonte de esperança" para uma Política de Esquerda que o PCP poderá impor em novembro dos próximos dois anos. De resto, Costa continuará a governar como se tivesse maioria absoluta.

Por outro lado, a conflitualidade à esquerda poderá dar uma sensação de instabilidade que abrirá alas ao próximo primeiro-ministro: Rui Rio.

Nesse cenário, PS, PCP e BE voltarão a respeitar-se mutuamente e irão construir uma Caranguejola na oposição...